

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.410 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 28 DE NOVEMBRO DE 2001

Comissão vota parecer sobre reforma do Judiciário

Na reunião prevista para hoje, às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado analisa parecer sobre 247 emendas apresentadas à proposta de reforma do Judiciário.

PÁGINA 2

Norma para reprodução assistida está na pauta

A regulamentação da reprodução assistida está na pauta da reunião de hoje da Comissão de Assuntos Sociais. O texto proíbe a clonagem de seres humanos e a "barriga de aluguel".

PÁGINA 8



No Plenário, os senadores acolheram o substitutivo aprovado anteriormente pela Comissão de Educação

Senado aprova nova lei contra uso de drogas

Penas alternativas para os usuários de drogas e determinação para que a rede pública de saúde desenvolva programas de tratamento de viciados são duas inovações contidas no substitutivo a projeto aprovado ontem pelo Senado. A proposta retorna ao exame da Câmara dos Deputados.

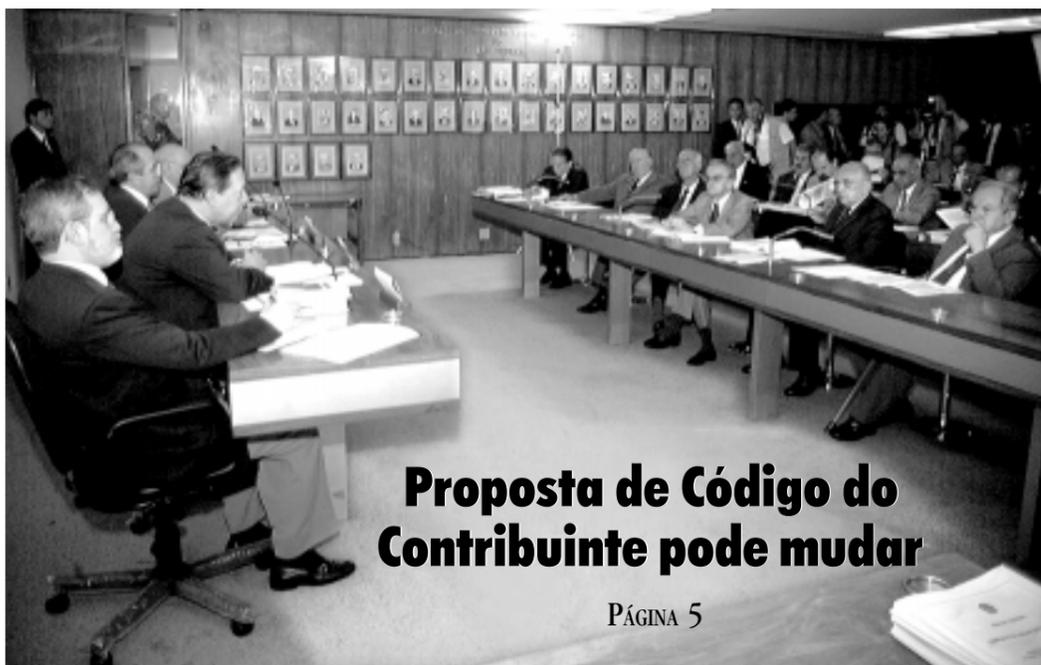
PÁGINA 3



Alberto Cardoso (na mesa, à esquerda) afirmou que a Abin troca informações com órgãos de outros países

General nega apoio brasileiro a terroristas

PÁGINA 4



Proposta de Código do Contribuinte pode mudar

PÁGINA 5

Na CAE, os senadores ouviram Everardo e Malan (à mesa) sobre a proposta de Código do Contribuinte

Comissão analisa parecer sobre 247 emendas à reforma do Judiciário

Constam da pauta da CCJ outras 22 matérias, como a proposta de emenda à Constituição que prevê fim de votações secretas nas duas Casas do Congresso Nacional

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa hoje parecer sobre as 247 emendas apresentadas à proposta de reforma do Judiciário. Elaborado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), presidente da comissão e relator da matéria, o parecer foi divulgado na última quarta-feira (21).

Cabral apresentou aos senadores da comissão um quadro completo com a análise de cada uma das emendas, concluindo pelo acolhimento, pelo acolhimento parcial, pelo acolhimento na forma de subemenda, pela rejeição no



O relator Bernardo Cabral apresentou aos senadores quadro completo sobre emendas

mérito e pela rejeição por inconstitucionalidade de cada emenda. O relator indicou o autor, o teor da emenda e o parecer por ele emitido sobre as mo-

dificações propostas.

De acordo com o senador, a CCJ está avançando no exame da matéria e não há nenhum obstáculo ao início da votação. "Não se pode pensar em uma reforma que tenha o intuito de agilizar a Justiça, e a sua maior praga é a lentidão, sem que se dê a todos a oportunidade de sua contribuição", afirmou.

Além da reforma do Judiciário, outros 22 itens compõem a pauta de hoje da CCJ. Entre eles, a proposta de emenda à Constituição que prevê o fim das votações secretas nas duas Casas do Congresso Nacional. O texto inicial, elaborado pelo senador Tião Viana (PT-AC), previa o fim do voto secreto apenas para as decisões, na Câmara e no Senado, sobre perda de mandato de deputados e senadores. O rela-

tor da matéria, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), apresentou substitutivo tornando a proposta mais abrangente.

Em caráter terminativo, será também examinado pela CCJ projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) — com parecer favorável do senador Osmar Dias (PDT-PR) — que prevê a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para produtos alimentícios doados a entidades civis sem fins lucrativos, e para distribuição gratuita a pessoas carentes.

Na justificativa da proposta, Alcântara recorda que, em casos como os de excesso de produção ou retração de mercado, é mais vantajoso para o industrial destruir os produtos alimentícios do que doá-los e arcar com o ônus do tributo.

José Agripino é o novo líder do PFL no Senado



José Agripino substituiu Hugo Napoleão

O senador José Agripino (PFL-RN) é o novo líder do PFL no Senado, conforme comunicação do partido lida em Plenário pelo presidente Ramez Tebet. Ele substituiu Hugo Napoleão, que renunciou ao mandato para assumir o governo do Piauí.

Agripino exerce o mandato de senador pela segunda vez consecutiva — ele chegou ao Senado em fevereiro de 1995. Nesse período, integrou várias comissões, tendo presidido a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Senado examina inclusão de todo o Pantanal no patrimônio nacional

Em primeiro turno, o Senado delibera hoje sobre duas emendas à Constituição. A primeira, de autoria do presidente da Casa, senador Ramez Tebet, destina-se a incluir o Pantanal Sul-Mato-Grossense no patrimônio nacional. A outra dispõe que incidirá sobre a importação de petróleo e gás natural uma contribuição de intervenção no domínio econômico.

Em defesa de sua iniciativa, o senador Ramez Tebet disse que a proposta destinada a incluir o Pantanal Sul-Mato-Grossense no que a Constituição define como patrimônio nacional visa a suprir uma lacuna do texto constitucional, que contempla nessa prerro-

gativa apenas o Pantanal Mato-Grossense.

Tebet argumenta que 66,5% da área do Pantanal encontram-se em Mato Grosso do Sul e apenas 33,5% no estado de Mato Grosso. Sua proposta altera a Constituição no dispositivo que já protege a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira como patrimônio nacional, condicionando sua utilização à preservação do meio ambiente.

Enviada pelo governo e alterada na Câmara, a proposta que cria um tributo sobre importações chamado de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômi-

co, estabelece que esse imposto incidirá sobre a importação de bens ou serviços de telecomunicações, derivados de petróleo e combustíveis. Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que a proposta visa compatibilizar o mercado interno com as recentes variações do preço do petróleo.

Também hoje, o Senado vota medida provisória destinada a criar o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda, e realiza a quarta sessão de discussão da proposta que cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª e da 7ª Região.

AGENDA

QUARTA-FEIRA, 28 DE NOVEMBRO DE 2001

Presidente
Ramez Tebet

7h — Entrevista ao programa *Bom Dia Brasil* da TV Globo

Local: Edifício Sede da TV Globo — SRTN — Quadra 701 — Bloco A — Lote 1

9h30 — Participa da solenidade de hasteamento da Bandeira Nacional em comemoração ao 38º aniversário da Gráfica do Senado

Local: Gráfica do Senado Federal
10h30 — Recebe Hugo Melo Filho, presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho

11h — Recebe o tenente-brigadeiro-do-ar Sérgio Ferolla, ministro do Superior Tribunal Militar

12h — Recebe Ghassan Ahmar, assessor de imprensa da embaixada da Síria

15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: MP nº 7/01, altera a Lei nº 9.872/99, que cria o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda (Funproger); quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 36/00, altera a redação do parágrafo 4º do art. 225 da Constituição federal (dispõe sobre a utilização da Floresta Amazônica, da Mata Atlântica, da Serra do Mar, dos Pantaneais Mato-Grossense e Sul-Mato-Grossense e da Zona Costeira, como patrimônio nacional, assegurando a preservação do meio ambiente); quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 42/01, altera os artigos 149, 155 e 177 da Constituição federal (dispõe sobre as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico não incidirão sobre os receitas decorrentes de exportação, contudo podendo incidir sobre a importação de bens ou serviços de telecomunicações, derivados de petróleo e combustíveis, define alíquotas e competência); entre outras matérias.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais. Ala Senador Alexandre Costa, Sala 9

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

10h — Comissão Mista de Orçamento Público e Fiscalização. Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

18h — Comissão de Fiscalização e Controle. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

Nota da Redação

Em razão de problemas técnicos, a edição de hoje do *Jornal do Senado* teve que ser reduzida. A edição de amanhã trará as matérias que não puderam ser publicadas.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Mário Marona
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Raque Sá, José Cruz e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Nova lei antidrogas volta ao exame da Câmara

Senado aprovou substitutivo que prevê aplicação de penas alternativas a pessoas flagradas com pequena quantidade de droga para consumo pessoal e impõe punições duras para traficantes

O Plenário do Senado aprovou ontem o substitutivo da Comissão de Educação (CE) ao projeto de lei da Câmara dos Deputados que institui a nova lei antidrogas. O projeto traz várias inovações, como penas alternativas para usuários de drogas e a determinação de que a rede pública de saúde desenvolva programas de tratamento para viciados. Modificada no Senado, a matéria volta ao exame da Câmara.

O substitutivo, apresentado pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES), determina que as pessoas flagradas com pequena quantidade de droga para consumo pessoal serão submetidas a penas como prestação de serviços à comunidade; internação e tratamento em regime ambulatorial ou



Santos apresentou o substitutivo aprovado na Comissão de Educação e no Plenário

em hospitais, e suspensão temporária de habilitação para conduzir qualquer tipo de veículo. Caberá a perito judicial definir se a quantidade era pequena e destinada ao uso pessoal.

Entre as penas alternativas estão também previstas a cassação de licença para dirigir veículos; cassação do porte de arma; multa; interdição judicial e até sus-

penção de licença para exercer função ou profissão. A elas também estão sujeitos profissionais da área de saúde que ministrarem, de forma culposa (ou seja, sem intenção), droga ilícita que cause dependência física ou psíquica.

O projeto determina que as redes de saúde da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios desenvolvam programas de tratamento do usuário de substâncias ou drogas ilícitas.

O texto aprovado prevê penas de três a 15 anos para traficantes e de dois a seis anos para quem colaborar direta ou indiretamente com organizações de produção e tráfico de drogas. A proposição original, de autoria do deputado Elias Murad (PSDB-MG), tramita no Congresso desde 1991. A atual legislação antidrogas é de 1976.

CRÉDITO

O Senado aprovou ainda a me-

didada provisória que abre crédito extraordinário de R\$ 280 milhões em favor de três ministérios. Serão R\$ 50 milhões para o Ministério de Minas e Energia complementar pagamento de bônus a consumidores residenciais de energia; R\$ 95 milhões para aplicação em seguro de agricultores familiares na Região Nordeste e no norte de Minas Gerais, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário; e R\$ 135 milhões para ações de defesa civil nas regiões Sul, Nordeste e no norte de Minas Gerais, a serem aplicados pelo Ministério da Integração Nacional. A matéria vai à promulgação.

Também foi aprovado requerimento do senador Osmar Dias (PDT-PR) solicitando ao Tribunal de Contas da União inspeção em obras de reforma ou construção de sedes regionais da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Cai aposentadoria compulsória para titular de cartório

O Plenário aprovou projeto de lei da Câmara dos Deputados que determina o fim da aposentadoria compulsória aos 70 anos para os titulares de cartórios de notas e de registros. Foram 44 votos favoráveis, 17 contrários e duas abstenções, na votação realizada ontem. Aprovada como veio da Câmara, a matéria segue agora para a sanção presidencial.

O projeto, de autoria do deputado Magno Bacelar, considera os tabeliães e registradores como trabalhadores da iniciativa privada, não estando, por isso, sujeitos à aposentadoria compulsória, restrita aos servidores públicos. Como a aposentadoria do titular acarreta a perda da delegação concedida pelo poder público para o funcionamento dos cartórios, a medida, na prática, prorroga as concessões dos atuais oficiais de registro e notários que não se aposentarem.

A decisão do Congresso, no entanto, contraria decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Por sete votos contra três, o STF considerou os titulares das serventias de notas e registros sujeitos à aposentadoria compulsória. O acórdão do STF, de 1996, é citado nos votos em separado apresentados pelos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Nele, a maioria dos ministros considera que os tabeliães e notários são remunerados por emolumentos e têm a delegação mediante concurso público de provas e títulos. São, assim, "servidores públicos em sentido amplo".

Alcântara era o relator designado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Com a derrubada de seu voto, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) foi designado relator do vencido. Para ele, os três ministros que se manifestaram contrariamente "desenvolveram sólidos argumentos". Antes da votação, foi apresentado requerimento para adiamento da votação — o que já ocorrera cinco vezes — por Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO). O requerimento foi depois retirado.

Aprovada acumulação de cargos na área da saúde

Com 59 votos favoráveis e 6 contrários, o Plenário do Senado aprovou ontem proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite a acumulação de até dois cargos públicos por profissionais da área de saúde. A permissão do acúmulo, hoje, é restrita a médicos e professores. A PEC será ainda apreciada em novo turno de votação.

Para o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Osmar Dias (PDT-PR), o ideal seria o vínculo único, com dedicação exclusiva do profissional de saúde, mas essa meta não é alcançável, devido à situação de vários estados e municípios.

A PEC gerou intenso debate. O senador Roberto Freire (PPS-PE) considerou-a nociva para o serviço público e disse ter pronto anteprojeto que extingue a duplicidade de empregos públicos permitida aos médicos, englobando os salários das duas fontes, para que os profissionais não tenham prejuízo.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu a medida, afirmando que a maioria dos municípios do país não tem profissionais de



Para Osmar Dias, situação dos municípios justifica a emenda

saúde. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) votou favoravelmente, mas ressaltou a necessidade de uma política para o setor.

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) afirmou que a proposta já é "uma realidade no cotidiano". O senador Tião Viana (PT-AC) lembrou que o Brasil já tem 362,9 mil médicos, o dobro do recomendado pela Organização Mundial da Saúde. Disse que, se o Senado aprovar a PEC, imediatamente proporá que todo profissional possa ter duplo vínculo no setor público. Na presidência da sessão, Ramez Tebet respondeu a Viana que, votada a PEC, seria considerada prejudicada outra proposta de emenda em tramitação, que concede apenas aos dentistas o direito ao duplo vínculo.

O líder do Bloco Oposição, José Eduardo Dutra (PT-SE) disse ser perigoso modificar a Constituição para aumentar o que era considerado uma exceção. Já o líder do PFL, José Agripino (RN), afirmou que votaria a favor, pois, quando governador de seu estado, encaminhou à Assembléia Legislativa projeto de teor semelhante.

Duas auditorias militares serão extintas

O Senado aprovou ontem projeto de iniciativa do Superior Tribunal Militar extinguindo a 5ª e a 6ª Auditorias da 1ª Circunscrição Judiciária Militar. Aprovado com parecer favorável do senador Osmar Dias (PDT-PR), o texto agora vai à sanção presidencial.

Na mesma decisão, foram extintos dois cargos de juiz-auditor e dois cargos de juiz-auditor substituto, constantes da lotação das auditorias extintas, assim como 13 cargos de técnico judiciário e um de auxiliar judiciário, todos pertencentes às duas auditorias.

Diploma Chico Mendes de Meio Ambiente é instituído

Foi instituído pelo Senado o Diploma Chico Mendes de Meio Ambiente e Cidadania, destinado a agraciado pessoas e empresas que tenham contribuído de forma relevante para a causa do meio ambiente e da cidadania. De iniciativa da senadora Marina Silva (PT-AC), o projeto ainda será votado na Câmara.

O Diploma Chico Mendes será conferido anualmente no primeiro dia útil após o dia 1º de dezembro, mês da morte do líder seringueiro, em sessão do Congresso especialmente convocada para esse fim. O agraciado será escolhido por um conselho composto por cinco integrantes do Legislativo. Não será permitido patrocínio direto de pessoa jurídica a qualquer nome nem a indicação de integrantes do Le-



O projeto de Marina Silva será ainda examinado pelos deputados

gislativo, Judiciário e Executivo.

Antes da votação, Marina Silva afirmou que a criação do diploma encerra dupla homenagem. Além de agraciar uma das figuras de maior destaque na defesa do meio ambiente não apenas no Brasil, mas no mundo, também consiste numa forma de homenagear pessoas ou instituições que dão continuidade a essa luta e que merecem reconhecimento.

Marina lembrou que Chico Mendes tem o reconhecimento mundial por sua luta em defesa da Amazônia e por ter-se tornado símbolo da defesa ambiental.

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) se disse satisfeito por ter relatado importante instrumento destinado a perenizar a memória de Chico Mendes.

General Cardoso: não há apoio no Brasil a terroristas

O ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República afirmou ontem em audiência pública que o governo não encontrou indícios da presença no país de ações em favor do terrorismo internacional



Segundo Paulo Souto, 73% das prefeituras da Bahia apresentam superávit orçamentário

Municípios baianos cumprem a lei fiscal, diz Souto

O senador Paulo Souto (PFL-BA) apresentou ontem dados colhidos em 246 municípios da Bahia, cerca de 60% do estado, que demonstram os primeiros resultados de um ano de implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal. De acordo com o senador, “os números são bastante animadores”, ao mostrar a importância da lei e a seriedade com que os municípios a estão encarando.

Segundo Paulo Souto, 100% das prefeituras já cobram algum tipo de imposto e apenas 5% não cobram IPTU, mostrando que cada vez mais os municípios deixam de depender dos repasses da União e do estado. Outro dado importante, disse, é que 95% dos municípios têm despesa líquida com pessoal que atende o limite de 40% da receita corrente, e 73% deles têm superávit orçamentário. O parlamentar ressaltou que 99% dos municípios gastam com educação mais do que os 25% determinados por lei, e 54,5% investem mais de 15% da receita em saúde.

Paulo Souto explicou que as informações constam de balanços examinados pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional e Caixa Econômica Federal, cujo resumo foi elaborado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) frisou que se deve cobrar também um limite ao endividamento da União. O senador Romero Jucá (PSDB-RR) registrou os avanços obtidos no controle fiscal nos últimos anos, que culminou com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não há qualquer indício da existência de rede de apoio financeiro a grupos terroristas na região da fronteira do Brasil com Argentina e Paraguai. A afirmação foi feita ontem pelo ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Alberto Cardoso, em audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Segundo afirmou, “o governo brasileiro tem a certeza de que, até agora, não há indícios de qualquer atividade de apoio ao terrorismo na área da tríplice fronteira”.

O presidente da comissão, senador Jefferson Péres (PDT-AM), disse que o ministro tranquilizava o país ao informar que as suspeitas levantadas pelos americanos e pela imprensa são infundadas. “Tirou uma nuvem que pairava no país e deixava mal a comunidade árabe”, avaliou.

Cardoso explicou que o Tesou-



O general Alberto Cardoso (E) informou à CRE que o Brasil está fora da lista elaborada pelos EUA com os países em que há apoio a atividades terroristas

ro norte-americano divulgou lista, na semana passada, em que constam quase 60 países que estão sob forte suspeita de que tenha saído deles algum apoio ao terrorismo internacional. O Brasil, disse, não está na lista. Ele revelou ter dito a órgãos de inteligência norte-americanos e ao Departamento de Estado que não há

indícios de uma rede no Brasil de apoio financeiro ao terrorismo.

— Não achamos que o Brasil esteja imune a atos terroristas. A possibilidade é baixa, mas não nos deixa numa posição de confortável irresponsabilidade — disse.

Cardoso afirmou que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) troca informações com órgãos si-

milares de outros países da América do Sul, mas não dispõe de estrutura para rastrear movimentações financeiras fora do Brasil. Acrescentou ter muito cuidado com dados e estatísticas divulgados sem base científica.

— Qualquer dado que sinalize para uma vulnerabilidade do Estado é checado por nós, inclusive no exterior — assinalou.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), autor do requerimento que convidou o general para a audiência, chamou atenção para os vínculos entre narcotráfico, contrabando de armas e lavagem de dinheiro na região de fronteira. Ele quer a criação de força-tarefa formada por agentes da Polícia Federal e Receita Federal para atuar na área e lembrou que existe permanente vigilância da polícia e do Exército na fronteira por causa da importância de Itaipu.

Exposição de fotografia da Romênia é inaugurada

O presidente do Senado, Ramez Tebet, participou ontem da solenidade de abertura da Exposição de Fotografias e Artes Gráficas Romanas, no Salão Negro do Senado. Estiveram no ato o embaixador romeno, Ion Floroiu, e os da Hungria, Bulgária, Egito e Líbano. A mostra faz parte das comemorações do Dia Nacional da Romênia, que celebra a formação do Estado romeno em 1º de dezembro de 1918.

Ramez Tebet elogiou a exposição, ressaltando a importância do evento como sinal de fortalecimento dos laços entre os dois países.

— Essa iniciativa é uma feliz conjugação que reflete a amizade da Romênia e do Brasil. A mostra tem a intenção de tornar mais conhecida a alma do povo romeno para os brasilei-

ros — disse o senador.

Também ontem o presidente do Senado recebeu as visitas de cortesia dos embaixadores do Chile, Eduardo Mena, e do Iraque, Armad Alzawi, que estava acompanhado da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) e da delegação do Partido Baath Árabe Socialista iraquiano. Os dois embaixadores manifestaram o interesse de seus países de estreitar relações comerciais, políticas e culturais com o Brasil.

Tebet encontrou-se ainda, durante a manhã, com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e com o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, que participaram de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que institui o Código do Contribuinte.

Jucá elogia atuação do ministro Sérgio Amaral

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou o trabalho que vem sendo realizado pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral. Ele disse que, apesar de ocupar o cargo há apenas quatro meses, o ministro já tomou uma série de medidas visando melhorar o desempenho do comércio exterior brasileiro e obter superávits comerciais expressivos.

A implantação da Câmara de Gestão do Comércio Exterior foi uma das decisões destacadas pelo senador. Jucá também aplaudiu a desoneração das exportações, a revisão nos gastos e custos do exportador, o estudo de redução da burocracia no processo exportador e o aumento da cobertura do seguro de crédito às exportações.

Jucá também ressaltou a regulamentação dos portos e aeroportos industriais aduaneiros, cujo



Jucá ressaltou as iniciativas de Sérgio Amaral para aumentar as exportações brasileiras

funcionamento foi autorizado pela Receita Federal. “Matérias-primas estrangeiras entrarão nesses recintos especiais sem necessidade do processo de importação, e as matérias-primas e insumos nacionais serão internados nessas áreas como se estivessem sendo exportados, para efeito de desoneração fiscal”, explicou o senador.

Plenário aprova dois acordos internacionais

O Senado aprovou ontem texto do Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional, celebrado entre Mercosul, Bolívia e Chile em 1998, em Buenos Aires.

O texto teve parecer favorável do senador José Sarney (PMDB-AP), que relatou a matéria na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Também foi aprovado pelo Plenário texto do Convênio sobre a Recuperação de Bens Culturais Roubados ou Exportados Ilicitamente, celebrado entre o Brasil e

o Peru em 1996. Relator da matéria na CRE, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) recomendou sua aprovação. Os dois acordos vão agora à promulgação.

CAE buscará nova versão do Código do Contribuinte

Comissão ouve o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, e conclui pela necessidade de correções e aperfeiçoamentos no projeto de autoria de Jorge Bornhausen

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai dar início, nos próximos dias, a um trabalho de discussão e de mudanças na proposta de instituição do Código de Defesa do Contribuinte, de modo a corrigir, no atual projeto, as falhas apontadas pelo governo, e promover outros aperfeiçoamentos. A decisão foi adotada ontem, durante audiência pública em que a CAE ouviu o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, e anunciada pelo presidente da comissão, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), na presença do senador Artur da Távola (PSDB-RJ), líder do governo no Senado. Pelo que ficou acertado, o Ministério da Fazenda fornecerá todos os subsídios necessários à nova redação do projeto.

O autor da proposta original, senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), manteve, antes mesmo da audiência pública, reunião de três horas com Malan e Everardo Maciel para discutir ponto por ponto do projeto, concluindo, ao final, pela necessidade de mudança, mas – segundo afirmou – “sem abdicar da defesa do contribuinte”.

Na exposição que fizeram na CAE, Pedro Malan e Everardo Maciel condenaram metade dos artigos da proposta do Código do Contribuinte, mesmo após as emendas recebidas nas comissões e no Plenário. Da forma como está, segundo Malan, a proposta traria, como primeiro efeito, a multiplicação de demandas judiciais contra o fisco e a postergação do recolhimento de diversos tributos.



Everardo Maciel e Pedro Malan com Lúcio Alcântara: necessidade de mudanças no projeto

Simon quer combater sonegador sem atropelar direitos do cidadão

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), autor do requerimento para Pedro Malan e Everardo Maciel debaterem a proposta de Código de Defesa do Contribuinte, lamentou que a discussão não tivesse ocorrido antes, conforme havia sugerido. Mas destacou que o ingresso direto do governo no assunto vai possibilitar que o país disponha de legislação que combata os sonegadores sem atropelar os direitos dos contribuintes.

Durante sua interpelação a Malan e Everardo, o senador Jorge Bornhausen conseguiu obter deles o compromisso de examinar com interesse e cuidado a mudança de pelo menos dois pontos básicos: a eliminação do dispositivo que obriga o contribuinte a realizar uma caução de 30% do valor cobrado por órgãos da Receita para ter direito a qualquer recurso administrativo; e a flexibilização da forma de funcionamento do Cadastro de Contribuintes Inadimplentes (Cadin).

Bornhausen quer também mais disciplina nos prazos de diligência dos organismos fiscais, de modo a impedir que seja estabelecido um regime de “terrorismo fiscal” contra empresas. O senador disse que o novo có-

digo vai inclusive impedir que o aparato fiscal estadual e municipal possa ser usado politicamente, como forma de desmoralizar adversários, o que é feito, por exemplo, quando se utiliza a polícia para acompanhar auditoria fiscal em empresa de adversário político.

O ministro Pedro Malan concordou em estudar uma forma de flexibilização do cadastro, mas disse ser radicalmente contrário ao fim das punições estabelecidas para os inadimplentes, como impedir-lhes o acesso a licitações públicas e créditos de instituições oficiais. Já o secretário da Receita concordou com a necessidade de impor certas condições para a utilização da polícia numa inspeção de natureza fiscal.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) mostrou-se preocupado, durante a audiência pública, principalmente com as condições de recursos humanos de que a Receita Federal dispõe para cumprir prazos estipulados pela proposta do código. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) foi o primeiro a levantar a necessidade de reexame da proposta pela comissão, o que acabou sendo decidido por consenso.

Malan e Maciel pedem maior discussão do projeto para evitar acúmulo de ações judiciais

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, solicitou ontem, durante a audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, “um pouco mais de tempo” para a discussão do projeto de criação do Código de Defesa do Contribuinte. Apesar de julgar importante a iniciativa, ele alertou para a necessidade de se evitar que dúvidas sobre a interpretação do texto possam abrir caminho a muitas ações na Justiça.

– Aprendi a admirar, nos últimos anos, o engenho e a criatividade dos escritórios de advocacia em matéria tributária. E existem situações em que determinados enunciados legais prestam-se ao aumento do grau potencial de litígios na Justiça – afirmou o ministro.

Durante a exposição inicial na comissão, Malan e o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, fizeram observações a respeito de 24 dos 53 artigos que compõem o projeto, apresentado pelo senador Jorge Bornhausen. Muitas das sugestões apresentadas, disse o ministro, são passíveis de entendimento. “Podemos fazer um esforço de diálogo, partindo da preocupação comum que temos com a simplificação da vida dos contribuintes”, disse.

O ministro declarou-se preocupado com as diversas possibilidades de interpretação de um artigo do projeto que determina os critérios a serem observados em processos administrativos movidos pelo governo, como os de objetividade no atendimento do interesse jurídico e de atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé. “Os comandos parecem fazer enorme sentido, mas se poderá argumentar que de-

terminada medida não contempla como deveria os princípios mencionados”, observou.

O secretário da Receita Federal, por sua vez, fez ressalvas a alguns dos incisos do artigo que descreve os direitos do contribuinte. Um deles garante o sigilo de negócios, documentos e operações que não estejam envolvidos com tributo objeto de fiscalização. Na sua opinião, a medida prejudicaria os esforços de identificar sonegadores de impostos por meio da análise do pagamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). “À luz desse dispositivo, não se poderia fazer uso da CPMF como elemento indiciário de renda”, afirmou Maciel.

Outro artigo questionado pelo secretário estabelece que a administração fazendária pautará sua atuação “de forma a impor o menor ônus possível aos contribuintes”, tanto em procedimento administrativo como em processo judicial. “Precisamos ter cuidado para que esse dispositivo não seja utilizado para criar uma lide que não caberia”, alertou.

Everardo Maciel considerou ainda imprópria a possibilidade, prevista no projeto, de apresentação de ações coletivas – a exemplo das estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor – para a defesa de direitos e garantias dos contribuintes. De acordo com o secretário da Receita, o Supremo Tribunal Federal já decidiu que não cabem ações públicas em matérias dessa natureza, uma vez que não se trataria, no caso, de direitos difusos. “Melhor seria a criação da figura do advogado-geral dos contribuintes”, sugeriu Everardo Maciel.

Relatório de Althoff deve ser aprovado, diz Álvaro

Para o presidente da CPI do Futebol, parecer elaborado pelo relator da comissão será acatado apesar das pressões contrárias

O presidente da comissão parlamentar de inquérito (CPI)

que investiga irregularidades no futebol, senador Álvaro Dias (PDT-PR), está certo de que será aprovado na próxima semana o relatório do senador Geraldo Althoff (PFL-SC), que propõe nova legislação para o futebol brasileiro e pede

punição para dirigentes de clubes, de federações e da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) que teriam praticado irregularidades durante suas gestões. Segundo Álvaro, o relatório aponta crimes contra a ordem tributária, de evasão de divisas e de enriquecimento ilícito.

Álvaro Dias informou que a CPI "vai alcançar as maiores figuras do futebol brasileiro". Para o senador, "os cartolas desonestos são os maiores responsáveis pelo desastre do futebol" e, portanto,



Álvaro Dias (D) participou ontem de ato na Câmara dos Deputados em favor da aprovação do relatório de Althoff

"devem ser punidos na forma da lei". Ele afirmou que o futebol movimenta cerca de R\$ 2 bilhões por ano e que grande parte desses recursos é desviada para fora do país por "dirigentes que não têm nenhum compromisso com o futebol".

RELATÓRIO PARALELO

O presidente da CPI fez os comentários durante ato público na Câmara dos Deputados em favor do relatório do senador Geraldo Althoff, que deve ser apresentado nos dias 4 e 5 de dezembro. O

ato reuniu membros da CPI da Nike da Câmara dos Deputados e figuras do esporte nacional, como o ex-jogador Piazza, presidente da Associação dos ex-Atletas Profissionais de Futebol, o ex-jogador de basquete Ubiratan e dirigentes de ligas de futebol do Distrito Federal. Eles temem que seja

aprovado o relatório paralelo, elaborado pela chamada "banca da bola".

Apesar de reconhecer que há pressões a favor da aprovação do relatório paralelo, Álvaro Dias observou que "elas não são suficientes". Existe consenso, afirmou, de que o país precisa de uma nova legislação para o futebol. "A pressão que vem da arquibancada é muito mais forte do que a proveniente da cartolagem, originária das cadeiras cativas dos estádios", afirmou o senador.

Simon destaca filme sobre a Revolução dos Farrapos

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) comentou a publicação pelo jornal *Correio Braziliense*, no último dia 22, de um caderno relativo ao 34º Festival de Cinema de Brasília que trata do filme *Netto Perde sua Alma*. A produção cinematográfica contempla o episódio da Revolução dos Farrapos, que proclamou a República, no Sul, em 1935, e que, afirmou, não deve ser entendida como uma ação separatista, mas como uma luta em prol da liberdade e da igualdade.



Pedro Simon pediu a transcrição nos Anais do Senado de reportagem do *Correio Braziliense* sobre o filme

O filme, dirigido por Tabajara Ruas e Beto Souza, é o longa-metragem mais premiado, até o momento, entre os filmes classificados para a competição em Brasília, tendo recebido quatro prêmios no Festival de Gramado, segundo o senador. O filme tem como protagonistas Werner Schünemann, Laura Schneider, Sirmar Antunes, Araci Esteves e Anderson Simões.

Simon afirmou que tanto o livro *Netto Perde sua Alma* quanto o filme que nele se baseou são obras que merecem análise, já que resgatam episódio fundamental da história do Brasil, ao qual os livros escolares não chegam a dar a devida atenção, tratando-o como apenas um capítulo a mais na luta por maior liberdade e pela

democracia.

O senador lembrou citação do escritor Tabajara Ruas, autor do romance, do qual se originou o filme de Beto Souza: "Tudo se passa no Rio Grande do Sul porque este foi o único estado a lutar para ser brasileiro, contra a monarquia. A Revolução dos Farrapos não era isolacionista, era uma tentativa para criar uma federação de repúblicas".

Simon pediu a transcrição nos Anais do Senado da reportagem do *Correio Braziliense*, devido à importância do tema tratado e também como homenagem aos autores, diretores e atores do filme que, "brilhantemente, trazem a público matéria de tão transcendente importância para a história".

Comissão altera nome de três aeroportos

A Comissão de Educação aprovou ontem quatro projetos que homenageiam personalidades da vida política e cultural do país, dando os nomes de Jorge Amado, Omar Fontana e Renato Moreira, respectivamente, aos aeroportos de Ilhéus (BA), de Congonhas (em São Paulo) e de Imperatriz (MA), além de nomear Rodovia Deputado Flávio Derzi trecho da BR-158 (MS).

O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) relatou favoravelmente, com a apresentação de duas emendas, o projeto da Câmara que acrescenta o nome do escritor Jorge Amado ao Aeroporto de Ilhéus. "É certamente louvável a iniciativa do eminente deputado Roland Lavigne de prestar essa homenagem", afirmou o relator. A matéria agora vai ao Plenário.

Por iniciativa do senador Romeu Tuma (PFL-SP), o Aeroporto Internacional de Congonhas será acrescido do nome Comandante Omar Fontana, conforme substitutivo apresentado pelo senador Geraldo Althoff (PFL-SC). No texto original, Tuma propu-



Membros da Comissão de Educação também aprovaram homenagem ao ex-deputado Flávio Derzi, que dará nome a trecho da BR-158

na a substituição do nome original do aeroporto pelo do homenageado. O relator observou que há entendimento no Congresso Nacional de que o nome da personalidade homenageada deve ser acrescido à denominação oficial em vigor, para preservar inalterada a identificação das instalações aeroportuárias. O projeto é terminativo e só irá a Plenário se houver recurso de pelo menos nove senadores.

Ao defender o projeto, Tuma afirmou que Omar Fontana gostava de ser chamado de piloto. Lembrou ainda que, há poucos

anos, era comum encontrá-lo pilotando aviões da companhia que fundou. Falecido em 8 de dezembro de 2000, aos 73 anos, Omar Fontana ocupava a presidência do Conselho de Administração e Controle da Transbrasil.

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) acolheu, como relator, projeto do deputado Pedro Fernandes que denomina Aeroporto de Imperatriz - Prefeito Renato Moreira, o aeroporto daquela cidade. Renato Moreira foi prefeito por duas vezes do município. O projeto vai agora à apreciação do Plenário.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h - *Saúde/Unip* - Correção das deformações congênitas - Parte 1
6h30 - *Debate* - O sen. Iris Rezende e o deputado Pedro Chaves falam sobre as estradas do Brasil
7h30 - *Entrevista* - O sen. Alindo Porto fala sobre a política habitacional
8h - *Jornal do Senado* - O resumo das atividades do Senado
8h30 - *Saúde/Unip* - Correção das deformações congênitas - Parte 1
9h - Comissão de Assuntos Sociais - Audiência pública com Jaime Lerner (governador do Paraná), Jorge Wilhelm (secretário de Planejamento/SP) (ao vivo)
14h15 - Entrada ao vivo - Reportagem
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após - Comissão de Fiscalização e Controle - Reunião com oito itens na pauta (ao vivo)
20h30 - *Entrevista* - O sen. Waldeck Ornelas fala sobre a modernização da Previdência Social
21h - *Jornal do Senado* - O resumo das atividades do Senado

21h30 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Discussão da reforma do Judiciário (gravado)

Logo após - Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h - Música, informação e serviço
7h30 - *Senado Notícias* em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste
8h - *Senado Primeira Hora* - As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h - Comissão de Assuntos Sociais
Em seguida - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
13h30 - *Na Cadência do Samba* - Os grandes nomes da nossa música mais popular
14h15 - *Senado Notícias* - Edição da Tarde
14h30 - Sessão Plenária do Senado
19h30 - *A Voz do Brasil*
20h - Música, informação e serviço
20h30 - *Na Cadência do Samba* - Os grandes nomes da nossa música mais popular (reprise)
22h - *Senado Notícias* - Edição da Noite
23h - *Escala Brasileira*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



Iris pediu que o presidente do PMDB reveja decisão de restringir a participação dos filiados

Iris apela para que prévia inclua todos os filiados do PMDB

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) fez ontem apelo ao presidente do PMDB, deputado Michel Temer (SP), para que volte atrás na decisão de fixar o colégio eleitoral das prévias do partido em cerca de 3 mil filiados. Marcadas para 20 de janeiro, as prévias, que escolherão o candidato peemedebista à Presidência da República, poderiam ser realizadas com a participação de até 150 mil filiados.

— Que ele, um homem público de currículo extraordinário, preparado, determinado, não permita que todo esse passado venha desaparecer por essa violência que, sob sua presidência, estão tentando praticar contra as bases do nosso partido.

Iris Rezende disse estar convicto de que Michel Temer vai se reposicionar e ser um grande artífice da união do PMDB, “convocando as bases a se manifestar, a fim de entregar à sociedade brasileira uma candidatura à Presidência da República escolhida mediante a prévia mais ampla possível”. A decisão de reduzir o colégio eleitoral, salientou, revoltou as bases do PMDB.

— Quero ainda crer nas boas intenções do nosso presidente Michel Temer. Estou certo de que ele foi pressionado.

Em conversa ontem com o presidente do partido, Iris manifestou a esperança de que Temer não leve o PMDB a um desgaste ainda maior e pediu que a prévia eleitoral ouça 150 mil peemedebistas que, “vindos de todo o país, refletirão a vontade do eleitorado”.

Em aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) criticou a revista *Veja* por ter dito que o PMDB é “uma verdadeira miscelânea”. Conforme Maguito, os 17 deputados recrutados pelo PSDB junto ao PMDB goiano são exatamente os que os tucanos chamavam de corruptos”.

Carlos Wilson defende cautela na discussão sobre mudanças na CLT

Para o senador, as alterações propostas pelo governo e que se encontram em debate na Câmara são superficiais e podem acabar com direitos hoje garantidos ao trabalhador

O senador Carlos Wilson (PTB-PE) afirmou em discurso que a proposta de mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em discussão na Câmara, “é pífia e superficial”. Ele sugeriu aos senadores que tratem o assunto com cautela caso o projeto chegue à Casa. Carlos Wilson reconhece que a lei trabalhista, já com 50 anos, está superada, mas avalia que o governo não está interessado em uma reforma trabalhista de fato.

— Por que, de repente, a reforma da CLT passou a ser tão urgente? — questionou. Carlos Wilson qualificou o projeto de “remendos” e afirmou discordar totalmente das tentativas de se culpar a lei pela baixa oferta de trabalho no país. O projeto prevê que normas da CLT poderão ser superadas por acordos entre sindicatos de empregados e patrões.

Para o senador, o que inviabiliza o emprego no Brasil é a “brutal carga tributária” que recai sobre a atividade econômica, e não os direitos dos trabalhadores. Segun-



Carlos Wilson estranha a intenção do governo de querer, “de repente”, mudar a legislação trabalhista

do observou, desde que o presidente Getúlio Vargas outorgou a CLT, a “direita brasileira, saudosa dos tempos em que não enfrentava limites para a exploração da mão-de-obra, passou a confrontá-la de forma cáustica”.

— Hoje, essa direita sonha com um regime nos moldes da Indonésia ou da Malásia, onde o capital pode tudo e o trabalho e o trabalhador não podem nada — comparou. Para ele, o governo abusa ao insistir que age com a intenção de fortalecer os sindicatos — afirmou ele.

DIÁLOGO

Para que os brasileiros tirem as

normas trabalhistas da condição de “superada”, disse, será necessário amplo diálogo com a sociedade, sindicatos, centrais sindicais e partidos políticos. Ele salientou que o governo apresentou o projeto num momento em que a representatividade dos sindicatos se encontra em baixa e que a ameaça do desemprego afasta o trabalhador do seu órgão representativo. A mudança na CLT, afirmou o senador, recrudescerá “a figura do bom e velho pelego”.

Carlos Wilson lamentou que o projeto vá permitir mudanças no percentual de recolhimento do FGTS, caso haja acordo entre sindicatos e patrões. Ele lembrou que os 8% do salário nem sempre são recolhidos pelas empresas para o FGTS, e a fiscalização não consegue exigir o depósito. A possibilidade de pagamento do 13º salário em 12 parcelas mensais, como poderá ocorrer se o projeto for aprovado, na verdade levaria ao desaparecimento desse direito do trabalhador, acrescentou o senador.

Freitas Neto quer aprovação imediata da PEC que torna Orçamento impositivo

O senador Freitas Neto (PSDB-PI) conclamou o Congresso a aprovar proposta de emenda constitucional, de autoria do ex-senador Antonio Carlos Magalhães, que torna o Orçamento impositivo. Atualmente, a lei orçamentária é meramente autorizativa. A intenção de Freitas Neto é evitar que o governo federal faça contingenciamentos, “ignorando um conjunto de despesas que havia sido aprovado e não será efetuado”.

Freitas Neto salientou que a possibilidade de contingenciar despesas decorre de distorção da Constituição, que manteve o Orçamento como lei autorizativa, e não imperativa. Para ele, trata-se de dispositivo que atinge a própria legitimidade do processo orçamentário ao permitir que o Exe-



Freitas Neto: Congresso deve evitar que o governo continue promovendo o contingenciamento

cutivo, de maneira arbitrária, possa decidir se executará, ou não, as despesas previstas. “É uma prerrogativa estranha ao direito da quase totalidade das democracias”, afirmou. Freitas Neto reconhece ser imprescindível que a

proposta orçamentária contenha previsões de receita real, e não superestimada, como pode ocorrer hoje. “Seria um duplo aperfeiçoamento: evitar a manipulação dos dados de arrecadação bem como o descumprimento das despesas previstas na proposta, impedindo que o Orçamento seja, como hoje, uma peça de ficção”, disse.

Para o senador, satisfeitas essas condições, o Estado ficará mais eficaz e o Legislativo será poupado do descontingenciamento, “a desgastante luta de todo final de ano”.

— Também os parlamentares não precisarão mais explicar à opinião pública que essa aparente briga por recursos constitui, apenas, a execução de um Orçamento previamente definido por quem tem representatividade popular.

Ademir: Congresso deve negociar com professor grevista

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apelou ontem aos líderes partidários e ao Congresso Nacional para que assumam a responsabilidade sobre as negociações entre governo e professores universitários em greve. Ele afirmou que é impossível aceitar que o governo tenha deixado as universidades federais paralisadas por 100 dias por causa de R\$ 350 milhões, o equivalente a um dia de pagamento de juros da dívida externa. “O dinheiro de um dia resolveria o problema dos professores universitários por um ano.”

Para Ademir, o líder do governo na Câmara, deputado Arnaldo Madeira, foi o único a discordar dos termos do acordo que poria fim à greve e seria assinado em reunião no Ministério da Educação. A atitude do deputado, disse, encerrou as negociações. “Não sei se foi a mando de alguém ou se foi só para prejudicar a candidatura do ministro Paulo Renato.”

Com o cancelamento do acordo, explicou Ademir, o ministro da Educação deu por encerradas as negociações e enviou projeto ao Congresso dando reajuste salarial linear de 34% sobre uma gratificação, quando a proposta anterior escalonava os aumentos e incorporava duas gratificações aos salários. “É algo absolutamente injusto um aumento linear em que os que ganham muito vão ganhar mais e os que ganham menos serão prejudicados.”



Ademir Andrade responsabiliza o deputado Arnaldo Madeira pela suspensão das negociações

Rocha defende proibição de clonagem humana

Senador sugere à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania realização de simpósio sobre o assunto e pede apreciação rápida de projeto de sua autoria que admite a prática apenas com objetivo terapêutico

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) pediu ontem que o Senado aprecie o mais rápido possível projeto proibindo a clonagem de seres humanos no Brasil. Autor da proposta, ele afirmou que deve ser permitida a clonagem apenas com objetivo terapêutico. A matéria aguarda votação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Sebastião Rocha informou que apresentará na CCJ requerimento determinando a realização de simpósio sobre o assunto em abril de 2002. Ele ex-



Sebastião Rocha diz que a questão da clonagem envolve o futuro da humanidade

plicou que a preocupação com a clonagem não é apenas religiosa, moral e ética, mas refere-se ao futuro da humanidade. "Aonde chegaremos se a clonagem humana tornar-se roti-

na?", indagou.

Rocha informou que seu projeto tramita desde 1999. Uma troca de relatores acabou atrasando o processo: o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) passou a ocupar cargo na Mesa diretora, não podendo mais exercer a função de relator, na qual foi substituído pelo senador Leomar Quintanilha (PFL-TO).

— O senador Quintanilha conhece o assunto, já coordenou um simpósio sobre produtos transgênicos — afirmou Sebastião Rocha.

Comissão vota normas para reprodução assistida

A regulamentação das técnicas de reprodução assistida está em pauta na reunião de hoje da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A partir das 9h, a comissão deve votar parecer favorável do senador Tião Viana (PT-AC), na forma de substitutivo, a projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que pretende normatizar os procedimentos das duas modalidades de reprodução assistida: a inseminação artificial e a fertilização *in vitro*. O texto que será apreciado proíbe a clonagem radical de seres humanos e a prática da chama-

da "barriga de aluguel".

Quanto à proibição da clonagem radical de seres humanos por meio de qualquer técnica genética, Tião Viana explica, em seu parecer, que "essa medida foi adotada para impedir que, tendo o material biológico ao alcance da mão, fosse praticada sobre ele uma intervenção que, atualmente, já é proibida pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança".

O substitutivo apresentado pelo relator veda a prática da gestação de substituição, popularmente chamada de "barriga de

aluguel", pelos óbices jurídico, ético e moral gerados e pela repercussão sobre a vida da criança. A doação de gametas (óvulos e espermatozoides) é permitida, mas deve ocorrer de forma gratuita, exigindo-se todos os cuidados necessários à prevenção de doenças que possam surgir durante o desenvolvimento da criança.

A matéria será votada em caráter terminativo, o que dispensa sua apreciação pelo Plenário, exceto se houver recurso contra a decisão da Comissão de Assuntos Sociais.

Tião Viana espera decisão "oportuna e muito sensata"

Ao comentar a notícia de que uma empresa norte-americana teria clonado embriões de seres humanos, o senador Tião Viana (PT-AC) fez apelo aos integrantes da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) — que na reunião de hoje analisa substitutivo do próprio senador regulamentando as técnicas de reprodução assistida — para que reflitam sobre o assunto, a fim de que possam decidir de forma madura, completa e adequada sobre a matéria.

— É o mínimo que nós podemos fazer. Esse assunto preocupa todo o mundo. A ONU está tentando, incentivada por países europeus,

normatizar o assunto. Espero que o governo e o Parlamento brasileiros possam tomar uma decisão oportuna, imediata e muito sensata — afirmou.

Tião Viana alertou para a responsabilidade que cada parlamentar deve ter ao analisar o tema. "Este deve se constituir em um dos maiores desafios que os parlamentos do mundo inteiro vão enfrentar", disse, observando que o assunto causa impacto não só na comunidade científica, mas também nos campos religioso, político e jurídico.

O senador também registrou matéria publicada ontem pela *Fo-*



Para Tião Viana, a clonagem é "um dos maiores desafios que os parlamentos vão enfrentar"

lha de S. Paulo informando que o ministro da Saúde, José Serra, teria se posicionado contra a clonagem de seres humanos, mas a favor de que órgãos sejam clonados. Tião Viana disse que telefonou para o ministro, que negou ter emitido essa opinião.

Lúcio Alcântara aponta bons resultados na luta anti-Aids

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ressaltou os resultados obtidos pelo Brasil na luta contra a Aids. Ao lado da participação decisiva do Ministério da Saúde, com programas de distribuição gratuita dos medicamentos do coquetel anti-Aids, ele lembrou a atuação das



Lúcio Alcântara: há dificuldades, mas o futuro se mostra mais favorável

organizações não-governamentais que desde a primeira fase do programa abraçaram a causa da prevenção e tratamento da doença.

Lúcio Alcântara afirmou que, embora nesse 1º de dezembro, quando se comemora mais um Dia Mundial de Luta contra a Aids, o problema ainda se mostre em parte insolúvel, o futuro se mostra mais favorável. Testes em larga escala estão sendo

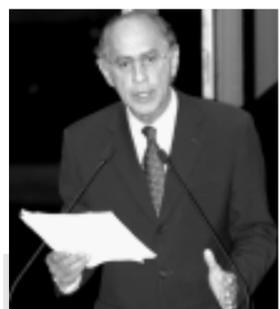
feitos por laboratórios de países do Primeiro Mundo, disse o senador, tanto com vacinas como com novos medicamentos, para combater a infecção com máxima eficiência dentro de cinco anos.

Alcântara afirmou, ainda, que os países do Mercosul se preparam para enfrentar em conjunto a Aids, sobretudo no aspecto preventivo. Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai celebraram um acordo para combater a doença nas fronteiras.

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) elogiou a adoção de medidas sanitárias em conjunto nas fronteiras, por entender que medidas circunscritas a um só país não funcionam bem.

Mauro quer manter projetos de irrigação no Centro-Oeste

Autor da proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga por mais dez anos a aplicação de recursos destinados à irrigação, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) disse que, se o prazo não for estendido, será interrompido o desenvolvimento agrícola veri-



Mauro é autor da PEC que garante investimentos em irrigação por mais dez anos

ficado nas regiões Centro-Oeste e Nordeste ao longo dos últimos anos. Já aprovada pelo Senado, a proposta será apreciada pela Câmara.

Atualmente, a Região Centro-Oeste tem direito a 20% dos recursos que o governo federal destina à irrigação. No ano 2001, o Centro-Oeste recebeu cerca de R\$ 81 milhões, e a previsão orçamentária para 2002 é de R\$ 48 milhões.

Na avaliação do senador, a continuidade do projeto propicia a ge-

ração cada vez maior de empregos. A arrecadação de impostos aumenta na mesma proporção, afirmou.

Para Mauro, esses investimentos fizeram com que a agricultura experimentasse um salto de qualidade e produtividade. Ele entende que, com tecnologia adequada e investimentos, a

produtividade do Centro-Oeste e do Nordeste se torna semelhante à das melhores terras de outras regiões.

No nordeste de Goiás, exemplificou, a grande produção de arroz é resultado de uma técnica de irrigação que consiste na inundação das áreas de plantio. Essa técnica servirá de modelo para o Projeto de Irrigação Flores de Goiás. Ele informou que 90% do projeto será custeado pelo governo federal, e o governo estadual custeará 10%.